

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO DA SÉRIE .....</b>	<b>13</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>15</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>17</b>

## **CAPÍTULO I**

### **NATUREZA DO INSTITUTO: INTRODUÇÃO HISTÓRICA**

#### **AO MANDADO DE SEGURANÇA E DIREITO COMPARADO .....**

<b>1. Judicial review – a possibilidade</b>	
de revisão judicial dos atos de poder .....	25
1.1. O surgimento do controle judicial do poder político.....	25
1.2. Controle do judicial do poder	
e revisão judicial dos atos administrativos .....	27
1.3. A Constituição Federal de 1891 e as doutrinas	
nacionais do controle judicial na Primeira República .....	33
<b>2. Desenvolvimento histórico do mandado de segurança</b>	
como instrumento de <i>judicial review</i> .....	36
2.1. Surgimento do mandado de segurança.....	36
2.2. Estabilização do Instituto pela Lei 1.533/51	
(Lei do Mandado de Segurança), suas alterações	
legislativas e o advento do mandado de segurança	
coletivo na Constituição Federal de 1988 .....	37
2.3. O “Novo” Mandado de Segurança Coletivo	
na Lei 12016/10 (Nova Lei do Mandado	
de Segurança Individual e Coletivo) .....	40
<b>3. Notas de direito comparado sobre</b>	
dois institutos próximos: <i>tertium comparationis</i> .....	41
3.1. <i>Juício de amparo</i> e mandado de segurança coletivo.....	41
3.2. <i>Class action</i> e o mandado de segurança coletivo.....	45

## **CAPÍTULO II**

### **CONCEITO E OBJETO DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO**

#### **COMO INSTRUMENTO PROCESSUAL COLETIVO .....**

<b>1. Processo coletivo .....</b>	<b>51</b>
1.1. Premissas .....	51

1.2.	Processo coletivo: modelo brasileiro.....	58
1.3.	Microsistema do processo coletivo: o papel do CDC e da LACP na interpretação e aplicação dos arts. 21 e 22 da “nova” lei do mandado de segurança .....	62
2.	O objeto do “novo” mandado de segurança coletivo.....	66
2.1.	Tutela de direitos coletivos <i>lato sensu</i> (difusos, coletivos <i>stricto sensu</i> e individuais homogêneos) .....	66
2.2.	O Problema da recepção do direito estrangeiro: direitos ou “interesses”? .....	71
2.3.	Identificação dos Direitos de Natureza Coletiva no Processo .....	78
2.4.	O Art. 81, § único do CDC como interface entre as situações jurídicas de direito material e a tutela processual coletiva .....	82
2.5.	O mandado de segurança como instituto do processo coletivo para a tutela de direitos coletivos <i>lato sensu</i> . Contraposições teóricas e legais à sua efetividade .....	90
2.5.1.	O mandado de segurança coletivo para tutela exclusiva de direitos coletivos <i>stricto sensu</i> (leitura literal)? .....	93
2.5.2.	O mandado de segurança tutela apenas direitos individuais homogêneos?.....	94
2.5.3.	Possibilidade jurídica do pedido: cabimento da tutela de direitos difusos pelo mandado de segurança coletivo .....	95
2.5.3.	Interpretação conforme à Constituição e vedação de retrocesso social na defesa dos direitos difusos .....	100

### CAPÍTULO III

#### PROCESSO E PROCEDIMENTO REQUISITOS,

#### DESENVOLVIMENTO PROCESSUAL E CONSEQUÊNCIAS

#### DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO..... 107

1.	Admissibilidade do mandado de segurança coletivo (requisitos processuais específicos).....	108
1.1.	Os requisitos de admissibilidade do mandado de segurança coletivo .....	108
1.2.	O significado da expressão “direito líquido e certo”:	

	expressão técnica de direito processual – prova pré-constituída e desnecessidade de dilação probatória....	108
1.3.	Ato de autoridade ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público .....	111
1.4.	Ilegalidade ou Abuso de Poder.....	116
2.	Legitimação e interesse no mandado de segurança coletivo .....	117
2.1.	Legitimação ativa no MSC .....	117
2.2.	Legitimação ordinária, direito de condução do processo ou substituição processual? .....	128
2.2.1.	Características da substituição processual nos mandados de segurança coletivo: legitimação ativa, exclusiva, concorrente e disjuntiva/simples .....	139
2.2.2.	Conflito teórico: (ir)relevância do interesse do substituto? .....	141
2.3.	A Legitimação dos partidos políticos em MSC .....	143
2.3.1.	Limitação objetiva à finalidade partidária?.....	147
2.3.2.	Limitação subjetiva aos membros da agremiação partidária? .....	152
2.4.	A Legitimação das entidades de classe, sindicatos e associações.....	157
2.5.	Constituição prévia.....	167
2.6.	Existe legitimação para defesa de direitos individuais (não homogêneos) dos associados, alguns membros dos partidos políticos ou sindicatos? .....	169
2.7.	Conclusão parcial sobre legitimação das associações, pertinência temática .....	169
2.7.1.	Interesses conflituosos: pertinência temática e cotradições internas .....	171
2.8.	Legitimidade passiva: determinação da autoridade coatora como forma de abranger um maior número de beneficiados.....	174
2.9.	Legitimação coletiva passiva e as <i>defendant class actions</i> nos mandados de segurança coletivos: breves anotações sobre o processo coletivo passivo .....	176
2.10.	“Legitimidade <i>ad causam</i> ou <i>ad processum</i> ” no mandado de segurança coletivo. Novas perspectivas sobre o tema.....	182
2.11.	Controle jurisdicional da legitimação coletiva.....	185

2.12.	A Legitimação do Ministério Público no mandado de segurança coletivo .....	192
2.13.	Consequência da falta de legitimação coletiva ativa: obrigatoriedade de oitiva do MP e abertura de prazo para os demais legitimados para eventual sucessão processual .....	195
2.14.	Interesse processual nos mandados de segurança coletivo e nos processos coletivos em geral: releitura teórica.....	196
2.15.	Impossibilidade jurídica do pedido e a inaplicabilidade do Art. 1º, § único da LACP aos mandados de segurança coletivos .....	201
3.	Aspectos processuais.....	202
3.1.	Competência .....	202
3.3.1.	Modificação de competência ou extinção do processo por ilegitimidade? .....	204
3.3.2.	A Inaplicabilidade e inconstitucionalidade da M.P. nº 2.180-35 ("congelada" pela EC/32) e da Lei 9.494/97 .....	207
3.3.3.	O regime da litispendência no MSC (Art. 22, § 1º da Lei 12.016/09) .....	209
3.3.3.1..	A Desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art.22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	219
3.3.4.	Liminar em mandado de segurança coletivo (Art. 22, § 2º da Lei 12.016/09) .....	220
3.3.5.	Cabimento da liminar .....	221
3.3.6.	Limites à aplicação da liminar (duplo juízo de proporcionalidade) .....	222
3.3.7.	Intervenção obrigatória do MP nos mandados de segurança coletivos .....	224

## CAPÍTULO IV

### CONSEQUÊNCIAS DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.

TUTELA JURISDICIONAL PROCESSUAL, COISA JULGADA MATERIAL, LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS COLETIVAS .....	235
--	-----

1. Tutela jurisdicional processual e sentença nos mandados de segurança coletivo.....	235
2. Coisa julgada em mandado de segurança coletivo.....	243

2.1.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i> : <i>desenvolvimento no direito brasileiro até o CDC</i> .....	247
2.2.	Críticas de Antonio Gidi e a “falta de seriedade” da coisa julgada coletiva no CDC: inocorrência .....	261
2.3.	Inaplicabilidade do Art. 22, <i>caput</i> , da Lei 12.016/09 (NLMS) .....	262
3.	Liquidação das sentenças nos mandados de segurança coletivos .....	265
4.	Execução da sentença mandamental: execução de ofício e prestação <i>in natura</i> .....	267
4.1.	O Descumprimento da ordem: crime de desobediência (Art. 26 da Lei 12.016/09) e possibilidade de prisão civil ....	269
4.2.	Instrumentos para a coerção civil da autoridade coatora ...	272
4.3.	Limites à execução nos mandados de segurança coletivos.	273
<b>CONCLUSÃO</b> .....		275
<b>ANEXOS</b> .....		289
I –	Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo .....	289
	Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009. ....	289
II –	Anteprojeto de Código Brasileiro De Processos Coletivos – (dispositivos prevendo o mandado de segurança coletivo) .....	294
III –	Projeto de Lei 222/2010 do Senado Federal (Senador Valter Pereira) para alteração da Lei 12.016 (Dispositivos prevendo o mandado de segurança coletivo) .....	295
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....		297